

# BREVES NOTAS SOBRE A RECEPÇÃO DAS IDEIAS MAQUIAVELIANAS NO PENSAMENTO MILITAR E NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é efetuar um brevíssimo recenseamento sobre a recepção das ideias de Nicolau Maquiavel no que tange as suas contribuições militares e nas brevíssimas formulações acerca do âmbito do além-fronteiras como parte das abordagens componentes do que se convencionou chamar de realismo na Teoria das Relações Internacionais. O artigo explora com maior ênfase as interpretações mencionadas no sentido de expor, de modo bastante sucinto, o legado maquiaveliano dentro dos estudos mais contemporâneos das Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Maquiavel; Pensamento militar; Realismo político; Teoria das Relações Internacionais.

**Abstract:** This text aims to present a very short review on Machiavelli's ideas reception concerning his military thought and short reflections on international affairs, as part of what was called realism in the realm of international relations theory. The text deals with much more emphasis the mentioned interpretations in a very concise way within contemporary studies about maquiavelian legacy on contemporary studies in International Relations.

**Keywords:** Machiavelli; Military thought; Political realism; International Relations Theory.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é traçar um panorama sobre a recepção das formulações de Nicolau Maquiavel no âmbito da guerra e da teorização mais recente no século XX em Relações Internacionais. A amplitude do tema dá margem a enorme exposição, o que não é o intento da presente

reflexão. Far-se-ão breves notas sobre o tema em pauta, dando ensejo à explicação de algumas tendências relevantes na recepção destas ideias do secretário florentino.

A apresentação seguirá a ordem de, primeiramente, uma contextualização sobre o temário internacional e sua relação com as formulações políticas maquiavelianas de caráter mais geral. Em seguida, uma apresentação sucinta das formulações de Maquiavel acerca da guerra. Por fim, a partir da emergência da disciplina acadêmica de Relações Internacionais no início do século XX, um breve mapeamento de algumas apropriações do pensamento do secretário florentino no esforço de teorização desta área, com ênfase a uma crítica da interpretação do pensamento de Maquiavel por uma vertente realista que tem como principal expoente o britânico Martin Wight.

Subjacente a este plano, há importante ressalva metodológica. A riqueza do pensamento maquiaveliano se presta à possibilidade de interpretação por diferentes leituras e ênfases durante distintos períodos, deslocando o conjunto de ideias do secretário florentino de qualquer perspectiva imanentista, focada exclusivamente na conjuntura particular e específica da sua elaboração no renascimento italiano. Neste sentido, não se comunga de uma perspectiva contextualista linguística segundo a qual somente as assim chamadas intenções do autor a sua época seriam válidas para a sua interpretação (SKINNER, 2000b). Interpretar e reinterpretar Maquiavel consiste em ir além da sua particularidade epocal e direcioná-lo para as possibilidades, inclusive, de ressignificação do conjunto de seu pensamento. Isso tudo, no entanto, não leva a prescindir-se de buscar interpretá-lo de modo rigoroso e cuidadoso. Como sustenta Joseph Femia (1981, p. 130), é legítimo que alguém “trate os grandes textos como veículos para suas próprias preocupações – desde que isto não resulte numa absoluta distorção ou desrespeito com as ‘condições e exigências históricas’”<sup>2</sup>. Passemos à breve reflexão pretendida.

## **2 O TEMÁRIO INTERNACIONAL**

Um rótulo pertinente a Maquiavel, e que lhe é sempre associado, é o do realismo político. Evidentemente que há várias possibilidades de se configurar tal realismo. A designação em si também pouco explica. No que se refere às Relações Internacionais, realismo remete a uma

centralidade (mas não exclusividade) do foco analítico nos Estados, sem que, com isso, possa ser generalizado o entendimento normalmente associado a tal rótulo de que os conflitos internos dos Estados não são importantes para a compreensão dos fenômenos no além-fronteiras, como sustentam algumas abordagens. Associado à centralidade da lógica do poder e do interesse dos diversos agentes políticos, o realismo, no plano internacional, compreende que a política no além-fronteiras, com muitas dificuldades, se transforma – à imagem e à semelhança da natureza humana – pouco permeável a eventuais mudanças. O conjunto dos autores classificados sob o rótulo do realismo daria maior ênfase ao Estado como agente político no âmbito internacional.

Há que se ressaltar a existência de vários dissensos no realismo internacionalista do século XX em seus vários representantes teóricos. Não se pode tratar de todos os pressupostos ou aspectos teóricos de distintos autores efetuando-se, pura e simplesmente, generalizações a partir de um rótulo. Conforme sublinhou o historiador Pierre Rosavallon, não se pode apegar a um exagerado tipologismo – no caso específico em pauta, o realismo – ou classificação que se leve a prescindir do estudo efetivo e específico das obras e do pensamento de cada autor em particular (ROSANVALLON, 1995).

Por oposição, o idealismo se pautaria por uma ênfase na transformação da natureza da política internacional, em que prevaleceriam como agentes outros atores que não o Estado. A educação e a opinião pública, por exemplo, desempenhariam relevante papel nesta direção. O idealismo reconhece a política tal como ela é e sua centralidade em torno do poder e do interesse. Porém, verifica que há espaço relevante para a moral e a ética, inclusive para graduais e efetivas mudanças no caráter da política internacional.

Na especificidade do autor em pauta, a raiz da associação ao realismo está na famosa proposição, presente em “O Príncipe” (1996), de se buscar a verdade efetiva das coisas, e não desenhar quadros de Estados e planos que não existem, ou ainda, como deveriam ser.

No âmbito da formulação sobre as Relações Internacionais, Maquiavel é associado ao pioneirismo de uma abordagem realista nesta vertente teórica, cerrando fileiras com outros autores clássicos como Tucídides, Bacon, Hobbes, Clausewitz e, até mesmo, em algumas classificações, os epígonos do materialismo histórico Karl Marx e

Friedrich Engels (CARR, 2001). O realismo, no plano internacional, se caracteriza por aquela abordagem que enfatiza a consecução da busca dos interesses e poder dos agentes, inclusive os Estados, em ambiente no qual não há uma autoridade superior aos Estados no sentido de efetivo monopólio legítimo da violência.

Conforme já escrito, suscitar uma discussão mais pontual sobre o realismo de Maquiavel demanda ir para além do rótulo em questão e explicar sua particularidade. Um bom ponto de partida é a separação entre a política e a moral, em seu sentido cristão, com centralidade dos meios adequados para a consecução dos fins, ponto que caracteriza uma ação política exitosa. Os Estados têm que colocar em primeiro plano os seus interesses e de seus governantes, manter e ampliar seu poder, inclusive conquistando outros Estados.

Central neste sentido é o tema da guerra na acepção maquiaveliana, embora aqui, em alguns aspectos do tema, o rótulo realista não lhe caiba de modo tão adequado. Obviamente, ressalve-se que Maquiavel não fez nenhuma abordagem sistemática ou especializada para os eventos do além-fronteiras, nomeados a partir do século XIX como atinentes às “Relações Internacionais”. Todavia, a tradição contemporânea realista no temário internacionalista deu uma centralidade à guerra e ao uso da força por excelência como característicos das condutas entre os Estados, senão pela ocorrência da generalizada violência, pelo risco e ameaça constantes de sua manifestação.

Então, por que o rótulo realista não lhe cai totalmente bem no tocante ao fenômeno bélico? Passemos a tal tema.

### **3 AS FORMULAÇÕES MILITARES**

O plano destas notas não remete a um inventário exaustivo sobre o pensamento maquiaveliano em toda a sua obra. O foco recairá principalmente sobre alguns pontos seletos de “O Príncipe” (1996) e “A arte da guerra” (2011).

Em “A arte da guerra”, a guerra é situada como parte das instituições mais antigas que compõem harmonicamente a vida civil e a vida militar. Estaria situada dentro das artes que se direcionam para a consecução e manutenção do bem-estar comum dos homens no contexto daqueles que são tementes a Deus e às leis (MAQUIAVEL, 2011). Em

“O Príncipe”, a guerra é atividade que deve ser objeto de permanente preocupação de um príncipe (MAQUIAVEL, 1996) e daqueles que usam sua *virtù* não como príncipes de nascença para ascender ao poder. O príncipe não pode negligenciar tal arte, a causa primeva de ruína de um Estado e de seu poder. A paz deve ser o momento no qual o príncipe deve exercitar ainda mais seu exército e conquistar a confiança de seus soldados comandados.

Em “O Príncipe”, obra dedicada a Lorenzo de Medici, Maquiavel já se prepara para a análise do fenômeno bélico ao levantar a importância de controle de território e meios adequados para que um príncipe se defenda de adversários externos sem precisar recorrer aos aliados.

É no mínimo curioso que o rótulo realista associado a Maquiavel coloque em primeiro plano as formulações acima sobre a guerra presentes em “O Príncipe”, mas negligenciem outros pontos de sua elaboração, em particular de “A arte da guerra”, o único texto político de Maquiavel publicado em sua vida, mais precisamente no ano de 1521.

O desprezo demonstrado em “O Príncipe” pelas tropas auxiliares, mistas e mercenárias, vistas como inúteis e infiéis ao príncipe, não tementes a ninguém, está em desacordo com a experiência histórica daquela conjuntura histórica. O enaltecimento maquiaveliano da eficiência e confiabilidade das milícias de cidadãos está em sentido oposto à experiência recorrente da época do uso de tropas mercenárias, usadas em abundância pelos exércitos dos Estados absolutistas contemporâneos do secretário florentino. Isto é devido, inclusive, ao seu alto custo e difícil adestramento para os padrões da época, além do acesso às armas de fogo, tarefa fácil somente aos mercadores que eram controladores dos grandes exércitos de sua época. O êxito da infantaria suíça em 1476 contra a cavalaria do exército francês nas batalhas de Morat e Nancy foi ponto de enorme repercussão e que, certamente, contribuiu para este impacto no pensamento maquiaveliano (GILBERT, 1986).

Este sentido de desdém pelos exércitos mercenários acompanha a formulação maquiaveliana também em “A Arte da Guerra”. Os argumentos maquiavelianos enaltecem como modelo de melhores tropas a combinação de aspectos da infantaria, a saber, a falange macedoniana, a legião romana e a infantaria de formato bem fechado de origem suíça em detrimento da cavalaria (uma força auxiliar da infantaria) e do emprego das inovações técnicas em torno da artilharia e das armas de fogo. Toma

com referência a prática militar romana antiga também para valorizar qualidades com o adestramento, a organização, a fúria, a coragem, obediência e entusiasmo. Considera as armaduras satisfatórias como proteção às armas de fogo. Reitera a pequena utilidade das armas de fogo em função de sua pequena mobilidade e da grande quantidade de fumaça que produz, dificultando a visibilidade dos combatentes.

Portanto, diferentemente da ruptura entre aspectos morais, éticos e políticos no pensamento maquiaveliano em relação à Antiguidade Clássica (cf. SKINNER, 2000a), seu parâmetro militar continua essencialmente atrelado ao período em questão. Tal ponto coloca em discussão justamente o limite que o rótulo realismo atrelado a Maquiavel enseja: sua formulação militar não possui um lastro tão realista, como se pode sugerir em primeiro momento. Acrescente-se a isto a significativa derrota impingida ao modelo cerrado de infantaria suíça pelo exército espanhol em Bicocca, em 1522, com o significativo apoio das armas de fogo (GAT, 2001). Trata-se de mais um argumento no qual a experiência histórica se contrapõe ao argumento maquiaveliano.

#### **4 A RECEPÇÃO DE “A ARTE DA GUERRA”**

A despeito dos limites já mencionados acerca das formulações militares de Maquiavel no que tange particularmente à obra “A arte da guerra”, observa-se que tal publicação logrou significativa repercussão. Uma passagem mais longa, mas significativamente relevante para sintetizar o alcance de tal obra, é assim escrita por Felix Gilbert:

*A A Arte da Guerra* de Maquiavel foi um livro de sucesso: no curso do século 16 vinte e uma edições apareceram e ele foi traduzido para o francês, inglês, alemão e latim. Montaigne colocou Maquiavel ao lado de César, Políbio e Commynes como uma autoridade sobre questões militares. Embora no século dezessete a mudança nos métodos militares tenha trazido outros escritores à cena, Maquiavel era ainda frequentemente citado. No século dezoito, o Marechal de Saxe apoiou-se nele quando escreveu *Especulações sobre A Arte da*

*Guerra* (1757), e Algarotti – embora sem muita base – viu em Maquiavel o mestre que tivera ensinado Frederico o Grande as táticas pelas quais ele espantou a Europa. Como a maioria das pessoas envolvidas com assuntos militares, Jefferson tinha *A Arte da Guerra* em sua biblioteca, e quando a guerra de 1812 aumentou o interesse americano em problemas bélicos, *A Arte da Guerra* foi publicada em uma edição especial estadunidense.

Este contínuo interesse em Maquiavel como pensador militar não foi causado somente pela fama de seu nome; algumas das recomendações feitas em *A arte da guerra* – aquelas sobre treinamento, disciplina e classificação, por exemplo – ganharam importância prática crescente na nascente Europa moderna quando os exércitos vieram a ser compostos de profissionais vindouros dos mais diferentes estratos sociais. Isto não significa que o progresso da arte militar no século 16 – treinamento, divisão de um exército em distintas unidades, em planejamento e organização das campanhas – se devesse à influência de Maquiavel. A tentativa de Maquiavel de apresentação da organização militar romana como modelo para os exércitos de sua época não foi considerada extravagante. No fim do século dezesseis, por exemplo, Justus Lipsius, em seus influentes escritos sobre questões militares, também tratou a ordem militar romana como um modelo válido permanentemente. (GILBERT, 1986, p. 27-28, *itálicos no original*)<sup>3</sup>.

Outro crédito que se pode dar ao legado maquiaveliano como um todo, não restringindo-se somente à “A Arte da Guerra”, remete ao general prussiano Carl von Clausewitz, general prussiano que escreveu um dos maiores clássicos sobre o fenômeno bélico, “Da Guerra” (1984), dentre outros textos e ampla obra sobre o tema. Viveu entre 1780 e 1831, sendo soldado do exército prussiano desde 1792. Clausewitz combateu nas guerras napoleônicas sempre contra a França, tendo, inclusive,

renunciado a sua patente de oficial quando da aliança da Prússia com Paris. Alistou-se como oficial no Exército Russo que lutou contra o *Grand Armée* Napoleônico. Desempenhou papel fundamental na saída da Prússia da coalizão liderada pela França e no restabelecimento da guerra contra Napoleão após as primeiras derrotas do *Grand Armée* na Rússia, sendo, depois, reconduzido ao seu posto de oficial nas forças prussianas. Visto com grande desconfiança por suas escolhas pregressas e convicções, alcançou tão-somente posições inexpressivas no Exército, como a direção da Academia Militar de Berlim, até alçar ao generalato. Suas contribuições sobre a guerra e a política alcançaram enorme repercussão e influência em distintas tradições militares, políticas e de pensamento. Nicolau Maquiavel foi explicitamente uma das fontes de formação de seu pensamento.

Maquiavel e Clausewitz diferem bastante em termos de contexto histórico, pressupostos teóricos e epistemológicos. Se Maquiavel vê a guerra como uma arte, Clausewitz a vê muito mais como algo pertencente ao campo das relações sociais, das mudanças e particularidades histórico-sociais e, principalmente, da política. Não há, no âmbito da política, uma linha demarcatória clara entre a política violenta – a guerra, por exemplo – e a política pacífica, exemplificada pela diplomacia, que pode, inclusive, coexistir com o fenômeno militar. Clausewitz não viu a Antiguidade como um modelo militar, tampouco qualquer outro período histórico. Ele formulou um conceito abstrato que serviria de referência para unificar e explicar todas as manifestações da guerra no século XIX: a guerra absoluta.

A inovação histórica e social proporcionada pela Revolução Francesa levou a um patamar jamais visto de mobilização, envolvimento, paixão, fúria, motivação psicológica e mobilização de recursos para a formação de um gigantesco exército de cidadãos em defesa de sua pátria e suas conquistas históricas abrangendo toda a sociedade. Isso tudo conjugado com o ímpeto do comando napoleônico de buscar sempre a batalha decisiva, lutando sem trégua até os inimigos sucumbirem na fase vitoriosa da França levou à avaliação clausewitziana de que o comando napoleônico levou a guerra pioneiramente a um patamar próximo da guerra absoluta.

Como conceito teórico, a guerra absoluta se opõe a sua manifestação real, muito mais complexa e cheia de acasos na medida em que se configura uma explosão única e extrema de violência.



Certamente, compõem esse conceito de guerra não somente aquela separação entre política e moral prescrita por Maquiavel, mas também aqueles elementos fundamentais valorizados pelo secretário florentino: a disciplina, a fúria, a coragem, o ímpeto. Clausewitz elogiou explicitamente a atenção maquiaveliana com o elemento humano presente na guerra como um dado muito mais importante do que comparar ou fazer analogia dos soldados com máquinas no curso das hostilidades (CLAUSEWITZ, 1984; PARET, 1985; STRACHAN, 2008; ARON, 1986).

## **5 A EMERGÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO DISCIPLINA E A TEORIZAÇÃO À SOMBRA DE MAQUIAVEL**

Nesta seção, haverá uma brevíssima análise da ascendência maquiaveliana sobre os principais formuladores rotulados como realistas, com maior ênfase na apropriação do pensamento maquiaveliano pelo britânico Martin Wight.

O surgimento das relações internacionais como disciplina acadêmica autônoma se deu em 1919, na Universidade de Gales, em Aberystwyth, no âmbito da criação da Cátedra Woodrow Wilson. A sombra de Maquiavel já se fazia presente, tendo em vista que a grande mortandade e violência da Primeira Guerra Mundial fizeram emergir um apelo gigantesco contrário à repetição de tal experiência histórica. Assim, houve no imediato pós-guerra um significativo predomínio e apelo difuso enorme em função das formulações de cunho idealista que nortearam vários discursos e práticas, tendo como grande referência, justamente, o presidente norte-americano Wilson. O empreendimento mais significativo de tudo isto foi a fundação da Liga das Nações, que se mostraria totalmente ineficiente no entre guerras e não conseguiria evitar uma nova catástrofe bélica de dimensão planetária.

No âmbito da crítica de tais formulações idealistas, destaque-se a formulação de Edward Hallet Carr, ao publicar em 1939 o livro “Vinte anos de crise: 1919-1939”. Nesta obra, com forte crítica ao idealismo então predominante, evocou, entre outros, o pensamento de Maquiavel.

Todavia, apresentou um Maquiavel consoante com o seu diagnóstico da crise que levou a novo conflito mundial. Conforme Carr, a maior dificuldade deste período residia numa política ineficiente na medida em que ela não conseguia traduzir nem por parte dos Estados, nem por parte da Liga das Nações uma política eficiente. Tal política eficiente contemplaria um equilíbrio entre o realismo e o utopismo, a rubrica de Carr para o idealismo. Tanto realismo como utopismo agiriam, reciprocamente, como um corretivo mútuo para evitar extremos. A própria tradição realista, com expoentes como Maquiavel, já contemplariam isto na medida em que o pensador florentino apregoava uma dose de utopia na sua defesa da unificação italiana, contrária às possibilidades históricas de sua época (CARR, 2001). Cabia ao realismo e ao utopismo não serem extremados, e sim se equilibrarem, mutuamente, na consecução de uma política eficiente. O realismo não poderia, portanto, ser congruente, estéril, pautado por um determinismo inerente, até porque o pensamento realista maquiaveliano não seria compatível com tal enquadramento também.

Finda a Segunda Guerra Mundial, o realismo se torna a vertente teórica predominante no meio acadêmico das Relações Internacionais. Surge no imediato pós-Segunda Guerra a contribuição paradigmática de Hans Morgenthau com seu livro “A Política entre as Nações”. A partir de então, o pensamento maquiaveliano se torna uma referência mais implícita nas formulações e nos debates, sem muitas menções nominais ao nosso autor.

Todavia, nos seus seis princípios que pautam o realismo político, a sombra maquiaveliana se faz presente. Destaque-se o quarto princípio, no qual Morgenthau sustenta ser necessária a separação entre a ação política de êxito em relação à moral, embora saiba do teor moral que tal ação possua. No sexto princípio, Morgenthau (2003) decreta a autonomia da política em relação às outras esferas (econômica, moral etc.) para que se tenha sucesso a busca pelo poder e a prevalência dos interesses de cada Estado.

A perspectiva de clara ascendência maquiaveliana, na qual a política seria autônoma das outras esferas sob pena de não obter a consecução dos fins, é explicitada por Morgenthau (2001):

Intelectualmente, o realista político sustenta a autonomia da esfera política, do mesmo modo como o economista, o advogado e o moralista sustentam as deles. Ele raciocina em termos de interesse definido como poder; enquanto o economista pensa em função do interesse definido como riqueza; o advogado, toma por base a conformidade da ação com as normas legais; e o moralista usa como referência a conformidade da ação com os princípios morais. O economista indaga: ‘de que modo esta política pode afetar a riqueza da sociedade, ou de um segmento dela?’ O advogado quer saber: ‘estará esta política de acordo com as normas da lei?’ Já o moralista pergunta: ‘está esta política de acordo com os princípios morais?’ E o realista político questiona: ‘de que modo pode esta política afetar o poder da nação?’ (Ou, conforme o caso em tela: do governo federal, do Congresso, do partido, da agricultura, etc.). (MORGENTHAU, 2001, p. 22-23).

Ainda no âmbito do realismo, embora com significativas diferenças teóricas que o espaço deste texto não permite desenvolver, outro autor de enorme expressão, Raymond Aron, não faz muitas menções diretas ao secretário florentino, embora ele também esteja no registro da política em perspectiva do primado em função de interesses e objetivos. Ele é cômico de tal perspectiva quando menciona, por exemplo, que o “[...] realismo (hoje chamado de maquiavelismo) dos diplomatas europeus passava, do outro lado do Atlântico, por típico do Velho Mundo, marcado por uma corrupção da qual se queria fugir emigrando para o Novo Mundo, para o país das possibilidades ilimitadas.” (ARON, 2002, p. 49).

Por sua vez, uma vertente teórica, conhecida por vezes como realista ou Escola Inglesa das Relações Internacionais, ou racionalista, ou ainda, escola grotiana ou neogrotiana (alusiva ao filósofo batavo Hugo Grotius) também tem uma menção explícita a Maquiavel no seu construto teórico. Porém, a vertente, inaugurada por Martin Wight, faz uma interpretação maquiaveliana que não faz jus à compreensão mais rigorosa de seu pensamento. Para demonstrar tal ideia, será necessária uma

digressão que passa não somente pelo pensamento maquiaveliano, mas também por outros autores, como Hobbes, Grotius e Kant.

A tentativa de associar a Escola Inglesa ou o racionalismo com um meio-termo entre realismo e idealismo está associada, como já expus, ao jusfilósofo holandês Hugo Grotius. O realismo, por sua vez, é associado pelos autores dessa escola a Hobbes e Maquiavel. O idealismo, também nomeado como revolucionismo, está ligado a Kant. Vejamos o meio-termo referido conforme a formulação de Wight.

Tal associação gera sérios problemas para a compatibilização de diferentes autores em um mesmo construto teórico, como se fosse “um encaixe de um quebra-cabeças”, impossível de ser efetivado. Vejamos como esse raciocínio pode ser reconstruído.

A partir da formulação de Maquiavel e Hobbes, entende-se o realismo como um conjunto de formulações em que privilegia-se na política internacional a incessante busca por poder, interesse, tendo a guerra como um elemento central em detrimento do Direito Internacional, chamado no período dos autores referidos de Direito das Gentes.

Conforme já explicitado, o construto realista vê a transformação das relações internacionais de modo pessimista, lento, quando for o caso. Muitas vezes, tal transformação não existe. Assim se coloca, por exemplo, no raciocínio de Hobbes.

Explicuemos esse raciocínio. No caso específico de Hobbes, lembremos, as relações entre os Estados estão identificadas com a natureza da guerra. Para o jusfilósofo de Malmesbury, a guerra não está ligada à concretização da violência ou de uma batalha. A relação de desconfiança, de competição, já é uma situação belicosa. A violência, na ação política, é sempre um risco, uma possibilidade. A relação entre os Estados se assemelha ao estado natural da humanidade, situação teórica descrita por Hobbes como a total inexistência do Estado, da lei e de qualquer tipo de poder, a não ser o de cada indivíduo sobre si próprio. Em tal quadro, todo indivíduo vê no seu semelhante um inimigo de guerra. Isto se liga à natureza antissocial do indivíduo, além de suas motivações essenciais para a discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. Como desdobramento de tais teses, a inexistência de um poder soberano acima dos Estados e a constatação de que esse atributo é exclusivo dos Estados individualmente, impossibilitando a concretização

do conjunto de pactos originários da instituição estatal, dá poucas perspectivas de uma eficácia a um eventual Direito Internacional<sup>4</sup>, para usar um linguajar mais recente.

No dizer de Maquiavel, conforme já dito acima, a guerra deve ser uma preocupação constante, central, objeto de preparativos intermináveis por parte de um príncipe. Não esqueçamos que a formulação central da política separada da ética e moral cristãs é um dos preceitos essenciais das formulações realistas.

No outro polo, Kant representaria a perspectiva revolucionista ou idealista. O rótulo em questão se identifica com o caráter transformador, revolucionário, que as ideias podem trazer para o plano internacional. Kant, no sentido diretamente oposto ao de Hobbes e Maquiavel, valorizaria o Direito Internacional, dentro da perspectiva específica por ele formulada de um direito cosmopolítico<sup>5</sup>, além de um direito das gentes que serviria de fundamento para um direito de hospitalidade cosmopolítico. Atravessa todo o argumento kantiano sua filosofia da história de cunho finalista, teleológico, que, gradativamente, através da mediação de vários conflitos, inclusive aqueles violentos, aponta para uma confederação de Estados soberanos e republicanos (moderados, que contemplam a separação dos poderes executivo e legislativo, evitando, assim, que se concentrem demasiadamente poderes em único grupo ou indivíduo, permitindo, assim, que os cidadãos possam participar e serem representados, contemplados quanto ao seu discernimento de evitar a guerra, uma opção que lhes é onerosa) em que vigoraria uma paz perpétua. A realidade internacional passaria, no dizer de Kant, de um quadro semelhante ao estado de natureza (muito semelhante àquele descrito por Hobbes) para uma evolução gradativa que seria coroada com o processo de pacificação referido, sem que os Estados abrissem mãos de suas prerrogativas soberanas. Por oposição às ideias realistas, a guerra seria proibida, banida, e o Direito entre os Estados seria um fato concretizado. Ainda que fique caracterizada uma oposição à guerra, um apego ao Direito, uma possibilidade de mudança evolutiva do plano internacional e um imperativo moral relacionado à política que marcam significativa diferença em relação à perspectiva realista, há traços realistas que denotam a concepção impura do idealismo do filósofo de Königsberg. A soberania dos Estados, ponto fortemente enfatizado pelo realismo, é atributo do qual não se prescinde nem mesmo no estágio final

da paz perpétua. Kant reconhece que um dos maiores obstáculos à construção de tal paz é a insociável sociabilidade do homem (que não pode prescindir de um senhor) e dos Estados (KANT, 1986), ponto que, em última instância, se relaciona à condição de um estado de natureza.

O meio-termo, associado a Grotius, de um ponto de vista didático poderia ser associado ao título de uma de suas obras, a saber, “O Direito da Guerra e da Paz” (2004). Se o realismo dá pouca importância ao Direito e enfatiza a guerra, e o revolucionismo, por sua vez, enfatiza o Direito e a paz, em um primeiro momento, o título da obra referida parece ser coerente com o construto que confere legalidade e legitimidade à guerra (senão todas, mas algumas) e à paz (também em circunstâncias específicas), proporcionando, assim, de modo coerente, a *via media* desejada por Wight.

Um primeiro problema do enfoque referido, iniciado por Martin Wight, é a maneira extremada, pura, como aborda as tradições realista e revolucionista. O enfoque de Wight ignora que todo e qualquer autor, seja ele idealista, revolucionista ou realista, possui elementos da corrente oposta. Como bem lembra Martin Griffiths, há que se considerar o estatuto epistemológico<sup>6</sup> das três tradições e a divisão wightiana da disciplina de Relações Internacionais em três escolas de pensamento, além do fato de que fazer teoria política vai muito mais além do que classificar e comentar máximas dos estadistas e outros atores políticos (GRIFFITHS, 2004, p. 251-252). Indo mais além nesse ponto, sustento que a justaposição de três tradições de premissas, bastante incompatíveis entre si em vários aspectos, leva a um corpo teórico eclético, sem coesão, permissivo. Como explicar isso?

Existe a possibilidade de um argumento ou construto teórico compatibilizar adequadamente autores com premissas distintas entre si, desde que, em conformidade com os objetivos do argumento a ser construído, haja algumas premissas próximas, semelhantes, que permitam tal conciliação. Não encontramos no argumento dos autores da Escola Inglesa tal preocupação ou qualquer justificativa ou relação entre duas tradições teóricas distintas que possibilitem esse encaixe perfeito do quebra-cabeças. Não há, portanto, no dizer de Oliveira Filho (1995, 263-268) uma compatibilização adequada como “pluralismo metodológico”. Há, sim, um ecletismo. Expliquemos esses dois pontos, as

incompatibilidades que referem à tradição realista e revolucionista como extremos lógicos e o ecletismo.

O realista é assim considerado porque é essa a sua ênfase, mas há elementos idealistas em sua formulação. Os autores que Wight cita como lapidares da tradição realista, ou seja, Maquiavel e Hobbes, podem ser assim compreendidos.

Na obra “O Príncipe”, o autor florentino destoa de suas proposições voltadas para o poder e sugere que o monarca de Florença, Lorenzo de Medici, seja o líder da unificação italiana (MAQUIAVEL, 1996, p. 123-127). Além de totalmente inviável para aquele contexto histórico<sup>7</sup>, Maquiavel tem a Roma republicana como uma espécie de modelo para a reconquista da grandeza e glória italianas, que são os valores e convicções que o orientam. Valores e convicções, como sabemos, identificam-se, predominantemente, com o idealismo. Não podemos, contudo, esquecer que Maquiavel orienta-se, ainda que também em menor medida, sem grande ênfase no seu pensamento, por formulações semelhantes, como a honra (MAQUIAVEL, 1996, p. 44).

Hobbes não pode ser visto de modo diverso. O filósofo de Malmesbury associa o poder a valores como prudência, honra, dignidade e a posturas de cunho moral, como a afabilidade (HOBBS, 1974).

Kant, por sua vez, admite o resguardo por parte de um Estado contra agressões externas por meio do exercício voluntário dos cidadãos no uso das armas (KANT, 2004, p. 34). Em seu raciocínio, a possibilidade da guerra como recurso de um Estado não é banida totalmente. Encontramos um elemento do meio-termo não contemplado por Wight. Ainda no que toca ao pensamento kantiano, o final do curso histórico por ele concebido aponta para a impossibilidade do estabelecimento de uma república mundial (KANT, 2004). Os Estados, mesmo no quadro de uma aliança ou federação mundial que preservasse a paz planetária, permaneceriam soberanos, independentes, característica bastante enfatizada pelos autores realistas, inclusive para associar o quadro semelhante ao estado natural hobbesiano de competição e desconfiança, que já é suficiente para caracterizar uma guerra.

Todos esses aspectos desaparecem das leituras de Wight sobre os autores mencionados. Uma passagem bastante elucidativa, disponibilizada por David Yost (um comentarista que não esconde sua admiração pelo fundador da Escola Inglesa) dá notícia de que Wight tinha clareza das

incongruências existentes no pensamento de Maquiavel e que, por isso, não procederiam as críticas no sentido de não fazer justiça às formulações individuais dos filósofos das tradições realista e revolucionista. Contudo, mesmo que a passagem citada pelo admirador possa eximir Wight de algumas críticas, ela também as sustenta. Wight não dá importância às incongruências mencionadas do pensador florentino: “Maquiavel foi inspirado a escrever por uma paixão estranha aos princípios de sua teoria – uma paixão que surge repentinamente no último capítulo de “O Príncipe”” (apud Yost, 2005, p. XXIII, negrito meu). A passagem é clara: tal paixão não faz parte da teoria maquiaveliana. É essa a leitura extremada de Wight pela qual perpassa seus rótulos dados às diferentes tradições, não rigorosos com os autores nos quais se baseia.

Qual a garantia de que a abordagem mediana de Grotius seja coerente com os pressupostos epistemológicos e metodológicos das outras tradições? Como contemplar uma abordagem mediana em vista da concepção kantiana reclamar um sentido finalista teleológico da história? Por sua vez, como contemplar a leitura indutivista que Maquiavel faz da história, como fica demonstrado ao longo de “O Príncipe”? Mais ainda, o que dizer da visão a-histórica de Hobbes em função de seu entendimento de uma natureza humana imutável quanto ao seu caráter interesseiro e egoísta? Como podem todos esses elementos serem contemplados numa via medíocre em que haja um equilíbrio entre raciocínios tão díspares e incompatíveis entre si? Como garantir que a especificidade grotiana seja uma espécie de matematização da metade de duas tradições teóricas cujas nuances podem sequer ser quantificadas? Qual seria o meio termo de uma abordagem contratualista kantiana e um enfoque não contratualista maquiaveliano? Qual seria o meio termo de uma abordagem a-histórica hobbesiana e uma concepção histórica finalista, teleológica kantiana? Qual seria o meio termo entre o deísmo hobbesiano e os imperativos morais kantianos? Qual seria o meio termo do método geométrico e do método resolutivo-compositivo tais como usados por Hobbes e maneira pela qual Kant se apropria do já citado modelo geométrico? Qual a média do contexto histórico específico que cerca a elaboração teórica de todos os autores arbitrariamente classificados por Wight e seus seguidores? Por que a história pode ser arbitrariamente enquadrada, independentemente de suas especificidades, em uma das três perspectivas já citadas? Quais as premissas metodológicas, axiológicas e epistemológicas que



fundamentariam e proporcionariam uma costura minimamente adequada de todas as especificidades das três tradições? Qual a definição de ciência e teoria que está por trás das elaborações da Escola Inglesa? Qual a sua definição mais precisa de história, ou seja, a sua visão mais ampla – cíclica, teleológica – entre várias possibilidades?

Martin Wight e seus seguidores, dentre os quais Hedley Bull (2002), sequer colocam para si tais questões. Suas abordagens parecem lembrar, em certo sentido, os tipos puros ideais weberianos que são usados ao longo de um raciocínio histórico. Em dado momento histórico, se aproximaria de um tipo específico e, em outro, de outro tipo. Em outro período, seria uma mescla mais ou menos equânime de dois ou mais tipos puros. Os tipos puros propriamente ditos seriam extremos lógicos, com características tão exageradas e estilizadas em relação à realidade social que não seria exequível concebê-los concretamente. A passagem a seguir parece sustentar o raciocínio aqui sustentado:

O Helenismo para os gregos era uma comunidade de sangue e língua e religião e de modo de vida; mas os gregos nunca desenvolveram a teoria de uma sociedade de Estados mutuamente ligados por direitos legais e obrigações. E a experiência internacional de Roma, primeiro na consolidação da Itália, e então no mundo mediterrâneo na sua maioria, estava aquela do conquistador, aliado agressivo e patrão de clientes – nunca de intercuro igual entre Estados... Tal pensamento como os antigos deram à ética internacional encontraram um pequeno meio-termo entre a honra pessoal dos estadistas de um lado, e no outro, a justificativa do que deveríamos descrever como ação humana nos níveis da conveniência pura... Talvez seja uma característica da Europa moderna e medieval que, em contraste com a civilização clássica, ela cultivou esse meio-termo, e desenvolveu a concepção de uma moralidade política distinta igualmente da moralidade pessoal e da *Realpolitik*. (apud YOST, 2005, p. XXXIII)<sup>9</sup>.

Um “Grotius grego” é um anacronismo que sugere que a tradição do filósofo batavo seja um extremo, ou um conceito lógico que pode passear na história para encontrar algum autor ou formulação que seja próximo a um tipo puro ideal que oriente a perspectiva racionalista. Tal interpretação sugere que não exista na Antiguidade nenhuma formulação que contemple valores, convicções moralidade ou qualquer tipo de noção que sugira a inclinação às características da tradição idealista. Mencionando algo que soa muito curioso, é possível perceber que a obra “O Direito da Guerra e da Paz”, de Grotius, esteja repleta de citações referentes a autores da Grécia e Roma antigas, provavelmente os mais mencionados pelo jurista holandês.

Isso posto, penso que vale a pena desenvolver, explicar algumas das críticas formuladas – que são apenas enumeradas, mas não aprofundadas no argumento – por Fred Halliday (1999) à Escola Inglesa. Vejamos.

- 1) Wight e Bull passeiam pela história sem nenhum cuidado. Príncipes, reis, governantes, generais são mencionados ao tratar sobre diferentes períodos. Por outras palavras, Wight desconsidera as forças sociais envolvidas no contexto histórico, as classes sociais e suas frações, subdivisões internas. Ao mencionar de modo pouco cuidadoso diferentes períodos históricos para ilustrar certo raciocínio ou conceito, o fazem de modo absolutamente superficial, sem atentar para a especificidade histórica de cada um dos momentos mencionados;
- 2) Usam um conceito de filosofia datado, transistórico. Tudo na história seria organizado em torno de três tradições teóricas sem que se atentasse para a diferença de cada período e se o mesmo se adéqua às três tradições, ou uma delas, em especial, com muito cuidado e rigor.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tônica da presente contribuição foi mostrar diferentes apropriações e recepções do pensamento maquiaveliano no âmbito militar e da teorização mais recente em Relações Internacionais em termos de um esboço inicial. Tal investigação demandaria um aprofundamento ainda

maior para buscar traçar ao menos um impacto mais condizente com a enorme repercussão nestes campos do pensamento maquiaveliano.

Ainda que Maquiavel seja passível de enquadramento como um realista político, foi demonstrado, por várias vias argumentativas, o quão problemático isto pode ser. Nenhum rótulo explica um autor adequadamente e, certamente, este é também o caso de Maquiavel.

Caberiam outras reflexões no âmbito do realismo político de Maquiavel explorado por outras interpretações que buscaram seu contexto histórico e sua reinterpretação em contexto de historicizar suas teses. A leitura de Antonio Gramsci (1975) certamente seria uma indicação nesta direção, ainda que sua totalidade teórico-prática não tenha deixado uma obra com escrita sistemática voltada para o temário internacional. Mas, em outra oportunidade, será possível explorar tal vínculo. Coloca-se tal projeto para um texto e investigação futura.

## Notas

<sup>1</sup> Professor de Teoria das Relações Internacionais I e II da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *Campus* de Marília (SP); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp, *Campus* de Marília; Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp; Coordenador e Pesquisador do Grupo “Marxismo e Pensamento Político” do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da Unicamp. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: [rodrigopassos@marilia.unesp.br](mailto:rodrigopassos@marilia.unesp.br).

<sup>2</sup> Doravante, todos os trechos originais citados a partir do inglês terão minha tradução e serão reproduzidos em nota de rodapé. O trecho original de Femia é o seguinte: “to treat the great texts as vehicles for the exercise of his own preoccupations - so long as this does not result in outright distortion or disregard for historical ‘conditions and exigencies’”.

<sup>3</sup> O trecho no original: “Machiavelli’s *Art of War* was a successful book: in the course of the sixteenth century twenty-one editions appeared and it was translated into French, English, German and Latin. Montaigne named Machiavelli next to Caesar, Polybius, and Comynnes as an authority on military affairs. Although in the seventeenth century changing military methods brought other writers to the fore, Machiavelli was still frequently quoted. In the eighteenth century, the Marshal de Saxe leaned heavily on him when he composed his *Reveries upon the Art of War* (1757), and Algarotti – though without much basis – saw in Machiavelli the master who had taught Frederick the Great the tactics by which he astounded Europe. Like most people concerned with military matters, Jefferson had Machiavelli’s *Art of War* in his library, and when the War of 1812 increased

American interest in problems of war, *The Art of War* was brought out in a special American edition.

This continued interest in Machiavelli as a military thinker was not only caused by the fame of his name; some of the recommendations made in *the Art of War* – those on training, discipline, and classification, for instance – gained increasing practical importance in early modern Europe when armies came to be composed of professionals coming from the most different social strata. This does not mean that the progress of military art in the sixteenth century – in drilling, in dividing an army into distinct units, in planning and organizing campaigns – was due to the influence of Machiavelli. Instead, the military innovators of the time were pleased to find a work in which aspects of their practice were explained and justified. Moreover, in the sixteenth century, with its wide knowledge of ancient literature and its deep respect for classical wisdom, it was commonly held that the Romans owed their military triumphs to their emphasis on discipline and training. Machiavelli's attempt to present Roman military organization as the model for the armies of his time was therefore not regarded as extravagant. At the end of sixteenth century, for instance, Justus Lipsius, in his influential writings on military affairs, also treated the Roman Military order as a permanently valid model”.

<sup>4</sup> Lembremos que Hobbes escreve a obra que contem tal reflexão, “Leviatã”, em 1651. Momento, portanto, que marca, portanto, historicamente, o início da instituição estatal moderna e do Direito Internacional.

<sup>5</sup> Livre, portanto, de uma identidade ligada a um Estado específico e tendo como referência todos os Estados na perspectiva de seus interesses comuns ligados à paz.

<sup>6</sup> Que refere ao tipo ou natureza de conhecimento ou teoria de um autor.

<sup>7</sup> Para uma avaliação bastante arguta sobre os equívocos e formulações fora do contexto histórico de Maquiavel, recomenda-se a leitura do capítulo sobre a Itália de Linhagens do Estado Absolutista, de Perry Anderson (ANDERSON, 1995, pp. 143-72).

<sup>8</sup> No texto original em inglês, encontramos: “Machiavelli was inspired to write by a passion foreign to the principles of his theory – a passion which breaks out in the last chapter of *The Prince*”.

<sup>9</sup> O trecho original: “Hellas for the Greeks was a community of blood and language and religion and way of life; but the Greeks never developed the theory of a society of states mutually bound by legal rights and obligations. There was no Greek Grotius. And the international experience of Rome, first in the consolidating of Italy, and then in the Mediterranean world at large, war that of the conqueror, aggressive ally and patron of clients – never of equal intercourse between states... Such thought as the ancients gave to international ethics found little middle ground between the statesman's personal honour on the one side, and on the other, the justification of what we should describe as humane action on grounds of pure expediency...Perhaps it is a characteristic of medieval and modern Europe that, in contrast to classical civilization, it has cultivated this middle ground, and developed the conception of a political morality distinct equally from personal morality and from *Realpolitik*”.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. 1. ed. Brasília: UnB, IPRI, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia**. Brasília: UnB, 1986.

BULL, H. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. 1. ed. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Um estudo ao Estudo das Relações Internacionais, 2. ed., Brasília: UnB, IPRI, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CLAUSEWITZ, C. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

FEMIA, J. An Historicist Critique of ‘Revisionist’ Methods for Studying the History of Ideas. **History and Theory**, n. 2, v. 20, p. 113-134, 1981.

GAT, A. **A History of Military Thought - from the Enlightenment to the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GILBERT, F. **Maquiavelo** – El Renacimiento del Arte de la Guerra. In: **EARLE**, Edward Mead. **Creadores de la estrategia moderna** – el pensamiento militar desde Maquiavelo a Hitler, Montevideo: Centro Militar, 1952.

\_\_\_\_\_. Machiavelli: The Renaissance of the Art of War, In: PARET, Peter (Ed.). **Makers of Modern Strategy** – From Machiavelli to the Nuclear Age. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 11-31.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

GRIFFITHS, M. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

GROTIUS, H. **O Direito da Guerra e da Paz**. Ijuí: Unijui, 2004, 2 volumes, Coleção Clássicos do Direito Internacional.

HOBBS, T. **Leviatã** – matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 423 p., Série Os Pensadores.

KANT, I. Para a Paz Perpétua: um esboço filosófico. In: KANT, Immanuel et alii. Guinsburg, J. (Org.). **A Paz Perpétua: um projeto para hoje**. n. 55. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 31-87, Série Elos.

\_\_\_\_\_. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 148 p.

MAQUIAVEL, N. **A arte da guerra**. São Paulo: Hedra, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**. 9 (23), 1995, p. 263-268.

PARET, P. **Clausewitz and the state** – the man, his theories and his times. Princeton: Princeton University Press, 1985.

ROSANVALLON, P. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.

STRACHAN, H. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SKINNER, Q. **Machiavelli** – a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Visions of Politics** - regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

WIGHT, M. **A política do poder**. 2. ed. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Four seminal thinkers in international theory**: Machiavelli, Grotius, Kant e Mazzini. Oxford: Oxford University Press, 2005.

YOST, David S. Introduction. In: WIGHT, Martin. **Four Seminal Thinkers in International Relations Theory** – Machiavelli, Grotius, Kant, & Mazzini. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. XVIII-LXIV.

